



Número: **0817760-07.2020.8.20.5106**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. Ibanez Monteiro na Câmara Cível**

Última distribuição : **26/04/2022**

Valor da causa: **R\$ 16.875,00**

Processo referência: **0817760-07.2020.8.20.5106**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALDIVANIA GOMES COSTA (APELANTE)		LAIS HELENA BEZERRA FILGUEIRAS BRASIL (ADVOGADO) KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (APELADO)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
14682801	13/06/2022 14:18	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

Processo:	<b>APELAÇÃO CÍVEL - 0817760-07.2020.8.20.5106</b>
Polo ativo	<b>ALDIVANIA GOMES COSTA</b>
Advogado(s):	<b>KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO</b>
Polo passivo	<b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. e outros</b>
Advogado(s):	<b>LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA</b>

**EMENTA:** DIREITOS CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PROVA. PERÍCIA MÉDICA. LAUDO MÉDICO DEVIDAMENTE PREENCHIDO. IDENTIFICADA INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. REGULARIDADE DA PROVA PERICIAL. PLEITO DE REPETIÇÃO DA PROVA. ART. 480 DO CPC. FATOS DEVIDAMENTE ESCLARECIDOS. LIVRE APRECIÇÃO DAS PROVAS. DESNECESSIDADE DE NOVA PERÍCIA. NÃO OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. RECURSO DESPROVIDO.

### **ACÓRDÃO**

**Acordam** os Desembargadores que integram a 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em Turma e à unanimidade, em desprover o recurso, nos termos do voto do relator.

Apelação interposta por Aldivânia Gomes Costa, em face da sentença que julgou procedente o pedido para condenar a demandada a pagar indenização no valor de R\$ 1.687,50, por invalidez permanente, com correção monetária e juros de mora.

Alegou que a prova pericial realizada é contraditória e não apontou com exatidão o real estado físico da parte apelante. Afirmou que o laudo pericial é incompleto, por não precisar de forma adequada a extensão da sequela indenizável. Por isso, sustentou a possibilidade de realização de nova prova pericial com fundamento no art. 130 e 437 do CPC. Argumentou que juntou outros elementos de prova pelos quais se observa que o percentual da indenização devida seria superior àquele indicado no laudo pericial. Requereu o provimento do recurso. Juntou documentos.

Contrarrrazões apresentadas, nas quais rebateu os principais pontos do recurso, pugnando por seu desprovimento.

O laudo pericial indicou com precisão a lesão compatível com o acidente de trânsito e sua evolução em sequela permanente. Pelo que consta nos documentos apresentados pela parte recorrente, a lesão teria consistido em “fratura na clavícula direita e costela” (ID 13898972, p. 02).

As referidas lesões também foram consideradas no laudo pericial (ID 13898990), no qual consta apenas que a limitação funcional permanente somente evoluiu da fatura na clavícula direita, acometendo o segmento corporal do ombro direito.

Por tais razões, o laudo pericial está completo e com informações suficientes para amparar a convicção do julgador, devendo ser mantida a sentença nesta instância recursal.

O julgador tem autonomia na análise probatória, pois o requerimento de prova é útil como meio de lastrear a causa de pedir da ação, mas, sobretudo, seu resultado é, quando deferido, fundamental para conferir subsídio à atividade jurisdicional exercida pelo julgador, que avalia seu resultado de forma livre, mas vinculada à exposição das razões de seu convencimento.

Outrossim, a realização de nova prova pericial somente se faz necessária nos casos em que a matéria não for esclarecida a contento. A repetição da prova é determinada não como resposta à insatisfação da parte que solicita a realização de nova perícia, mas em razão da necessidade de esclarecimento sobre algum ponto ou aspecto que ainda não tenha sido compreendido pelo julgador, conforme o art. 480, *caput* do CPC<sup>[1]</sup>.

Se há informações suficientes no laudo pericial a indicar a existência de sequela indenizável e em grau determinado, não há que se falar na necessidade de repetição de nova prova pericial sobre os mesmos fatos. Ainda que não haja resposta específica e direta aos quesitos apresentados pelas partes, houve esclarecimento suficiente e necessário à elucidação das questões essenciais atinentes ao mérito da causa.

Assim, não demonstrado o cerceamento ao direito de defesa, não é possível reconhecer a nulidade da sentença nem mesmo a necessidade de repetição do referido elemento de prova.

Ante o exposto, voto por desprover o recurso.

Data de registro do sistema.

Des. Ibanez Monteiro

Relator

---

<sup>[1]</sup> Art. 480. O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida.

Natal/RN, 7 de Junho de 2022.